

# PÔR TERMO À PESCA ILEGAL O VALOR DOS PORTOS PARA O CRESCIMENTO AZUL



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas

# EM QUE MEDIDA A ILEGALIDADE NAS PESCAS PREJUDICA O CRESCIMENTO AZUL?

As perdas económicas anuais a nível mundial decorrentes da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) estão estimadas em 23,5 mil milhões de USD, sendo que na região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) as perdas apresentam uma estimativa prudente de 10 mil milhões de USD/ano. Os operadores ilegais que exercem actividades de pesca industrial INN são movidos pelo dinheiro e as suas táticas são geralmente deliberadas, organizadas e sistemáticas. Violam as regras de pesca para reduzir custos operacionais e aumentar os lucros com a venda de peixe e marisco.

EMBARCAÇÕES INSEGURAS

MÁS CONDIÇÕES DE TRABALHO

PESCA ILEGAL



Os operadores ilegais também minimizam os seus custos iniciais e aumentam os lucros através da redução dos custos relacionados com a segurança das suas embarcações e com a disponibilização de condições equitativas e seguras para sua tripulação. Tal pode incluir a utilização de equipamentos inadequados ou modificações inadequadas da embarcação, operar as embarcações durante longos períodos sem realizar inspecções ou certificações de segurança, ou forçar a tripulação a trabalhar durante longos períodos sem garantir o seu descanso e alimentação adequados.

Há um reconhecimento internacional cada vez maior de que as deficientes normas de segurança e as condições de trabalho não conformes são a imagem de marca das embarcações que também exercem actividades de pesca ilegal. Esta situação resulta numa série de crimes relacionados com a pesca e crimes conexos, incluindo a falsificação de documentos, a usurpação da identidade de embarcações, a evasão fiscal e a escravidão moderna que, em combinação com a pesca INN, comprometem a capacidade dos países para desenvolver uma economia azul próspera.

## TÉCNICAS COMUNS UTILIZADAS:

- ✓ Falsificação de documentos
- ✓ Usurpação da identidade de uma embarcação
- ✓ Bandeiras de conveniência
- ✓ Propriedade oculta
- ✓ Corrupção
- ✓ Trabalho forçado

## O IMPACTO



### Peixe

Pesca insustentável.  
Medidas de conservação e gestão prejudicadas.



### Segurança marítima

Cultura marginal.  
Aumento da pirataria e de outros crimes marítimos.



### Economia

Perdas financeiras.  
Oportunidade de crescimento azul perdida.



### Ambiente

Ecossistema danificado.  
Perda de biodiversidade.



### Pessoas

Meios de subsistência postos em risco.  
Tripulação explorada.

Por conseguinte, pôr termo à pesca ilegal pode contribuir para a realização de uma série de aspirações no domínio do desenvolvimento, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, o crescimento das economias azuis e a promoção dos direitos humanos.

# OS PROBLEMAS MUNDIAIS E OS MERCADOS GLOBAIS EXIGEM SOLUÇÕES GLOBAIS

A pesca é uma indústria mundial, que depende de um sistema regulamentar global para poder funcionar de forma eficiente e equitativa. Além disso, as ameaças às pescas e as forças e pressões que impulsionam as mudanças nas pescas vêm frequentemente de fora deste sector, exigindo respostas complexas e multissetoriais e demonstrando a importância de integrar as pescas e combater a pesca INN no âmbito de estratégias de crescimento azul.

## PRESSÕES GLOBAIS

- **Aumento da procura** - o crescimento demográfico está a resultar no aumento da procura de peixe e marisco para alimentar as populações em crescimento e fornecer as proteínas tão necessárias a um custo cada vez mais reduzido.
- **Sobrecapacidade** - para assegurar a resposta às necessidades nacionais, os subsídios prejudiciais estão a contribuir para a sobrecapacidade no sector e criam desigualdades, em que os Estados que pescam em águas longínquas estão a subsidiar a construção e as despesas de combustível de embarcações, o que permite que as suas frotas naveguem para águas mais longínquas e pesquem mais.
- **Alterações climáticas** - estão a afectar as zonas de pesca tradicionais, sendo que as populações de peixe estão a deslocar-se em resposta ao aquecimento dos oceanos e as pessoas estão a fazê-lo também em resposta às condições meteorológicas extremas e ao impacto exercido por estas.

## ECONOMIA AZUL

- A Estratégia e Roteiro de Industrialização da **SADC** 2015-2063 identifica a importância de integrar o conceito de economia azul para a industrialização acelerada.
- A **União Africana** reconhece os desafios inerentes enfrentados pelos seus países membros na obtenção de todos os benefícios dos vários sectores da economia azul; nomeadamente a ameaça de pesca ilegal nas zonas económicas exclusivas.
- A **pirataria e o tráfico ilícito de droga** constituem sérios desafios no âmbito do sector oceânico e representam uma ameaça real não só para a segurança das embarcações e das suas tripulações, mas também para as economias dos países afectados.
- Os **desafios significativos a nível institucional e de governação** restringem a capacidade dos países para formular e aplicar eficazmente políticas relacionadas com o crescimento das suas economias azuis.

# UTILIZAR OS PORTOS PARA DESENVOLVER A PESCA LEGAL, SEGURA E EQUITATIVA

Os portos e Estados do porto desempenham um papel único na governação dos sectores das pescas e marítimo. Nos termos do direito internacional, os Estados do porto são responsáveis pelo controlo e a monitorização das embarcações de pesca que entram nos seus portos e recorrem aos seus serviços, bem como pelo pescado que passa por estes portos. Têm a oportunidade de impedir que a pesca ilegal fique impune e de identificar embarcações inseguras e condições de trabalho injustas.

A actividade no mar é difícil de monitorizar e supervisionar, o que dificulta a aplicação dos regulamentos. Os portos proporcionam a oportunidade mais eficaz e barata de verificar, inspeccionar e agir contra os operadores ilegais. Os Estados do porto controlam as embarcações às quais autorizaram a utilização do seu porto para efectuar descargas, transbordos e para intervenções de manutenção da embarcação e da tripulação. Proporcionam um ponto de controlo crítico para embarcações que arvoram bandeira estrangeira e que operam ou estão em trânsito em águas nacionais.

A recusa de entrada no porto e de acesso aos serviços portuários e, conseqüentemente, a recusa de desembarque e da comercialização do pescado ilegal, aumenta os custos

associados às operações de pesca ilegal e suprime os incentivos financeiros à participação nestas actividades. A identificação das capturas ilegais antes ou durante o desembarque é importante, uma vez que após o desembarque é mais difícil detectar as ilegalidades que ocorreram antes ou durante as actividades de pesca.

O acesso ao porto para descarregar ou transbordar capturas, abastecer de combustível, tripulação e provisões ou efectuar intervenções de reparação e manutenção é essencial para as embarcações de pesca. A recusa de acesso ao porto ou aos serviços do porto e a exigência de inspecção no porto proporcionam um meio eficaz para identificar actividades de pesca ilegal e suprimir as actividades das embarcações em situação de ilegalidade.

## PODEMOS UTILIZAR OS NOSSOS PORTOS COMO UM PODEROSO INSTRUMENTO PARA:

- Recusar o acesso a embarcações conhecidas por ou suspeitas de exercer a pesca INN.
- Promover um ambiente legítimo e equitativo para todos os pescadores.
- Identificar embarcações de alto risco para inspecção ou investigação.
- Trabalhar através das agências com vista a identificar, aplicar sanções e impedir as operações ilegais.
- Estabelecer sistemas e procedimentos para reduzir o risco de corrupção.
- Incidir sobre os infractores reincidentes que exercem actividades de pesca ilegal ou operam embarcações inseguras de forma sistemática.
- Aumentar a conformidade no sector industrial para apoiar um sector artesanal sustentável.
- Melhorar a governação e a segurança marítima.

Para o efeito, é necessário que estejam em vigor determinados sistemas. A exigência de pedidos de acesso ao porto prévios permite que as autoridades tenham tempo para reunir informações sobre as embarcações e tomem uma decisão informada quanto à concessão ou recusa de acesso ao porto e aos serviços do porto e quanto ao nível de prioridade a atribuir-lhe em termos de inspecção. Uma vez no porto, as inspecções são importantes para identificar uma série de violações, incluindo a pesca ilegal, a falsificação e a fraude, as questões de segurança e o trabalho forçado.

# PORTOS DE MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, existem três portos designados ao abrigo do PSMA para receber embarcações de pesca que arvoram bandeira estrangeira. Os referidos portos são: Beira, Maputo e Nacala.



	Beira	Maputo	Nacala
Empresa gestora ou autoridade portuária	Cornelder de Moçambique (CdM)	Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), excepto para terminais relacionados com alumínio, grãos e combustível	Corredor do Norte (CDN)
Tráfego total do porto (toneladas métricas) - 2017	5 226 459	18 218 144	2 247 112
Chamadas rádio do navio - 2017	479	1 062	277
Tráfego de contentores (TEU) - 2017	218 876	101 995	70 931
Número de pontos de ligação do contentor refrigerado	144	196	Não disponível
Importância da aplicação de PSM	Elevada	Elevada	Baixa

## BEIRA

Servida por extensas redes ferroviárias e rodoviárias, Beira constitui um porto principal de exportação e importação para as províncias de Moçambique, bem como uma porta de entrada estratégica para os países sem litoral do sudeste africano. A Cornelder de Moçambique (CdM) - uma empresa comum entre a paraestatal Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e a Cornelder Holding dos Países Baixos - opera desde 1998.

A Beira é um porto de marés que obriga à assistência de pilotos de barra e rebocador. O acesso ao porto é feito através do Canal de Macuti e é necessária uma dragagem sistemática para manter o canal aberto para as embarcações. O porto da Beira possui 11 atracadouros que se estendem ao longo de um comprimento total de 1 994 m. Um atracadouro adicional (Nr 1) está reservado como porto de pesca.

### USO DAS PESCARIAS:

**Embarcações de pesca:** Palangreiros e arrastões estrangeiros e locais para a pesca de camarão e atum.

**Embarcações de transporte:** Navios frigoríficos e navios porta-contentores estrangeiros.

## MAPUTO

O porto de Maputo é o maior porto de Moçambique, ligado a uma extensa rede ferroviária e rodoviária. Mais de 80 % da carga movimentada está em trânsito de ou para países vizinhos. Foi adjudicada uma concessão de 25 anos, renovável, para gerir e desenvolver o porto a um consórcio internacional de gestão de portos (Portus Indico), que posteriormente formou uma empresa comum moçambicana com a CFM - a Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC).

No total, o porto compreende 16 ancoradouros lineares, que totalizam aproximadamente 4 000 metros.

### USO DAS PESCARIAS:

**Embarcações de pesca:** Os palangreiros estrangeiros descarregam ocasionalmente atum em contentores, utilizados principalmente por arrastões para camarão locais.

**Embarcações de transporte:** Navios frigoríficos e navios porta-contentores estrangeiros.

## NACALA

O porto de Nacala é o único porto de águas profundas de Moçambique e o maior da costa da África Oriental.

O porto está ligado ao Maláui por via ferroviária e proporciona uma rota de acesso fundamental para cargas de importação e exportação do Maláui e da Zâmbia mas, actualmente, a maior parte do tráfego é de importação ou exportação de carga de ou para Moçambique.

Foi adjudicada uma concessão de 15 anos, renovável, para gerir e desenvolver o porto a um consórcio internacional de administração portuária (Vale do Rio Doce do Brasil e Mitsui do Japão). Actualmente, estão a ser realizados investimentos substanciais, nomeadamente para melhorar as instalações de movimentação de carga a granel e contentores e para construir novas instalações que conduzirão ao aumento dos níveis de tráfego de trânsito.

### USO DAS PESCARIAS:

**Embarcações de pesca:** Ocasionalmente, embarcações estrangeiras, principalmente cercadores com rede de cerco com retenida, efectuam uma visita para efeitos de reabastecimento, reaprovisionamento, mudança da tripulação e para inspecção quando exigido nos termos dos procedimentos de pesca.

**Embarcações de transporte:** Navios frigoríficos e navios porta-contentores estrangeiros

	Número de inspectores de pesca	Acesso do inspector ao porto	Pedido prévio de entrada num porto (AREP)	Cooperação e comunicação entre agências	Procedimentos	Formação
Beira	12	●	●	●	●	●
Maputo	17	●	●	●	●	●
Nacala	7	●	●	●	●	●

● Estabelecida ● Em desenvolvimento ● Ainda não está no lugar



# PÔR TERMO À PESCA ILEGAL: APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE MEDIDAS DOS ESTADOS DO PORTO

## O QUE É?

O Acordo sobre medidas dos Estados do porto para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (PSMA) da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) das Nações Unidas é o primeiro acordo internacional vinculativo que visa especificamente a pesca INN.

## POR QUE RAZÃO É IMPORTANTE?

Ao tornarem-se partes e ao aplicarem as disposições do PSMA, os países demonstram que estão a desenvolver esforços para manter o pescado capturados ilegalmente e as embarcações ilegais fora dos seus portos.

Os pólos regionais de portos que aplicam o PSMA bloquearão de forma eficaz os operadores ilegais de uma região, forçando-os a mudarem-se, acabando com o seu negócio ou forçando-os a alterar a forma como desenvolvem a sua actividade e a operar de forma lícita.

## SITUAÇÃO

O PSMA 2009 entrou em vigor em 2016.

A forte aceitação do PSMA demonstra o reconhecimento de que os controlos portuários constituem um meio altamente eficaz e pouco dispendioso para pôr termo à pesca ilegal.

## SITUAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique ratificou o PSMA em 2014.

Enquanto membro da Comissão do Atum do Oceano Índico (IOTC), Moçambique também está obrigado a implementar a Resolução 10/11 sobre medidas do Estado do porto (PSM) para o atum e espécies afins.

Moçambique está a trabalhar com vista a aplicar medidas do Estado do porto em três dos seus portos: Beira, Maputo e Nacala. Estes foram designados como portos do PSMA.

## O QUE FAZ O PSMA?

- Reforça os controlos portuários para evitar que o pescado capturado de forma ilegal entre no mercado global.
- Proporciona um sistema coordenado de controlos nos portos, incluindo requisitos para embarcações, sistemas de informação, inspecções e formação.
- Pode ser utilizado para detectar e fiscalizar capturas resultantes da pesca INN.
- Permite que os funcionários do porto recusem o acesso de embarcações estrangeiras ao seu porto e a serviços como o reabastecimento e as reparações, caso haja suspeita da prática de actividades ilegais.
- As embarcações podem ser recusadas ou sujeitas a inspecção imediata à chegada e proibidas de desembarcar o seu pescado se houver provas de que este foi capturado ou transbordado de forma ilegal.

## A QUE EMBARCAÇÕES SE APLICA?

As disposições do PSMA são aplicáveis às embarcações de pesca e de apoio que pretendem entrar num porto designado de um Estado estrangeiro.

Tem como alvo embarcações que arvoram bandeira estrangeira, mas os processos e as normas são aplicáveis a todas as embarcações industriais, incluindo as embarcações estrangeiras operadas por embarcações que arvoram uma bandeira local.

## BENEFÍCIOS DA ECONOMIA AZUL

O PSMA baseia-se na soberania que os países do Estado do porto exercem sobre os seus portos, permitindo-lhes colmatar as lacunas e oportunidades que os operadores ilegais exploram.

Ao desenvolver a cooperação a nível nacional, regional e internacional e ao implementar sistemas e procedimentos para identificar e realizar inspecções a embarcações de alto risco, o processo de aplicação do PSMA desenvolverá capacidade, competências e sistemas capazes de desenvolver esforços de fiscalização da pesca mais fortes.

O PSMA será mais eficaz se todos os Estados do porto de uma região se unirem e trabalharem em cooperação. Deste modo, seria possível fechar eficazmente a região à possibilidade de desembarcar capturas ilegais ou de poder prestar serviços a embarcações ou às suas tripulações, o que tornaria os pontos críticos ilegais menos lucrativos e menos atractivos para os operadores ilegais.

A implementação do PSMA nas regiões e à escala mundial permite reduzir o incentivo à pesca ilegal e impedir a entrada do pescado capturado ilegalmente nos mercados nacionais e internacionais.



## COOPERAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS PARA PÔR TERMO À PESCA ILEGAL

É importante desenvolver uma abordagem interagências porque embora o PSMA seja, essencialmente, um acordo de pesca, a sua execução pressupõe articulação reforçada com as autoridades aliadas. Proporciona procedimentos portuários mais rigorosos e eficazes e aumenta os benefícios para os operadores que pescam dentro da legalidade.

A articulação com outras agências reforça o controlo do sector das pescas, o que permitirá enviar um forte sinal de rejeição da pesca INN e de outras actividades ilegais, bem como de promoção da gestão sustentável.

A cooperação estreita entre as autoridades portuárias e os inspectores de pesca é particularmente importante para exercer o controlo sobre as embarcações de pesca e de apoio que arvoram bandeiras estrangeiras. Além disso, é necessária a cooperação com a polícia marítima, as autoridades de segurança, alfandegárias, da imigração e do trabalho, bem como a guarda costeira ou a marinha em diferentes fases do processo de avaliação de riscos, de inspeção e de aplicação da lei.

É essencial a constituição de grupos de trabalho com canais de comunicação para a partilha sistemática de informações e de um sistema de alerta para notificar as actividades ilegais ou de alto risco identificadas. Esta medida também facilita o cruzamento e a verificação de informações, a partilha de recursos e a cooperação no domínio da avaliação dos riscos e dos casos de pesca ilegal. Os procedimentos e protocolos para o intercâmbio de informações e a coordenação de actividades entre as autoridades relevantes comprovou a sua importante utilidade revelaram-se extremamente úteis no que diz respeito ao apoio à cooperação entre as agências.

### REFORÇO DA COOPERAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS NACIONAIS

- Aproveitar o conhecimento das lacunas existentes na aplicação do PSMA.
- Definir as funções e responsabilidades de cada uma das administrações envolvidas.
- Considerar as necessidades em termos de procedimentos conjuntos e de intercâmbio de informações entre as agências.
- Estabelecer um plano de trabalho para melhorar a aplicação dos três tratados.
- Identificar as necessidades de reforço das capacidades em todas as agências.
- Estabelecer sistemas e mecanismos de comunicação e de intercâmbio de informações.

# TRÊS TRATADOS PARA UMA PESCA SEGURA, JUSTA E LEGAL

A adesão à Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Marítima Internacional (OMI) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) desenvolveram uma estrutura de instrumentos internacionais de utilização dos portos com vista a impedir o desembarque de peixes capturados ilegalmente, reduzir o número de acidentes e mortes e melhorar a segurança e as condições de trabalho e de vida no sector das pescas.

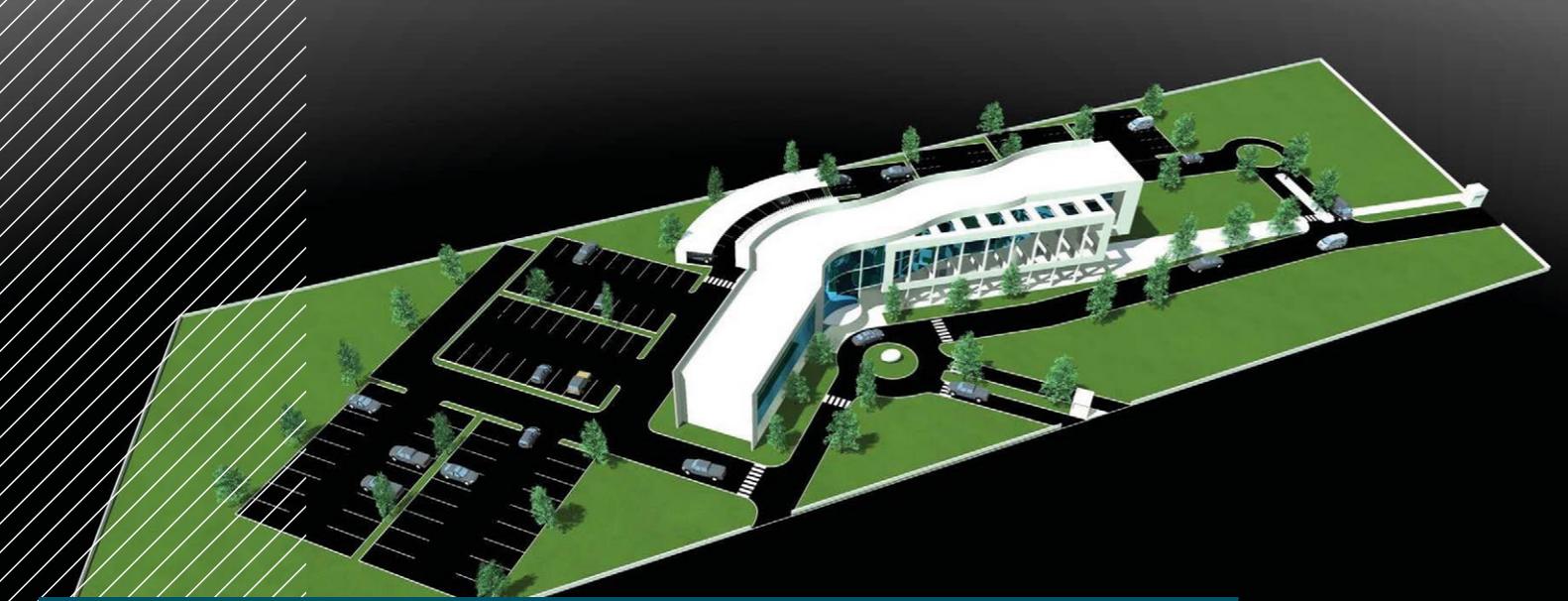
Os três tratados são:

- Acordo sobre Medidas dos Estados do Porto (PSMA) da FAO
- Acordo da Cidade do Cabo (ACC) da OMI
- Convenção sobre o Trabalho no Sector das Pescas n.º 188 (C188) da OIT

O número de Estados que ratificam e implementam esses instrumentos vinculativos a nível internacional está a aumentar e o PSMA e o C188 da OIT estão em vigor, sendo que o ACC deverá entrar em vigor em breve. Para que se tornem ferramentas verdadeiramente eficazes, é importante que as normas e requisitos mínimos destes instrumentos internacionais sejam adoptados de forma tão ampla quanto possível.

A FAO, a OMI e a OIT apoiam conjuntamente a ratificação e a implementação destes instrumentos através, por exemplo, do intercâmbio de informações com vista a melhorar a segurança, as condições de trabalho e de vida e a reduzir a pesca INN. É disponibilizado apoio nos domínios técnico e jurídico e de reforço de capacidades aos Estados que ratificam os instrumentos internacionais para apoiar a implementação e o cumprimento das regras.





## COOPERAÇÃO REGIONAL PARA PÔR TERMO À PESCA ILEGAL:

### O CENTRO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DA MONITORIZAÇÃO, CONTROLO E VIGILÂNCIA DA SADC

O desconhecimento das regras e regulamentos origina situações de pesca ilegal que podem ser abordadas através de acções informativas e de sensibilização. Contudo, as actividades ilegais mais sérias e organizadas exigem uma resposta mais sistemática e cooperativa em toda a região.

A Declaração de Compromisso da SADC de 2008 sobre a Pesca INN abriu caminho ao desenvolvimento de um Centro de Coordenação Regional de Monitorização, Controlo e Vigilância das Pescas (MCSCC) cujas instalações serão em Moçambique. Este Centro constitui um passo importante para a SADC aumentar a sua capacidade de combater a criminalidade organizada no sector das pescas e a pesca INN. Ao trabalhar em conjunto, através de sectores e países, a região terá mais condições para dar uma resposta unida e integrada com vista à protecção das pescas da SADC.

O MCSCC concentrar-se-á em três domínios de trabalho essenciais: partilha de informações, reforço de capacidades e coordenação de actividades. Estes domínios proporcionarão oportunidades para monitorizar os oceanos, lagos e rios da SADC e para compreender e considerar as suas ligações. Tal permitirá melhorar a transparência através da recolha e partilha de informações entre os países e através de uma visão melhorada, definir uma agenda regional significativa para apoiar a protecção das pescas da SADC.

### APOIAR A RECOLHA E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

Os agentes do processo de monitorização, controlo e vigilância (MCV) devem ter acesso facilitado a informações prontamente disponíveis e de boa qualidade para conduzirem as actividades de MCV e validar as informações de forma eficiente e eficaz. A grande vantagem das informações actualizadas, prontamente acessíveis e fiáveis é o facto de serem tão úteis enquanto sistema de apoio à decisão em matéria de gestão de pescas como para efeitos de conformidade e do processo decisório no domínio da aplicação das regras.

O MCSCC da SADC irá:

- Desenvolver um ficheiro de embarcações de pesca regional.
- Monitorizar a actividade das embarcações.

- Partilhar dados e informações relativos ao processo de MCV.
- Acolher e promover um portal de informação e comunicação.

### APOIAR O DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE HUMANA E INSTITUCIONAL DA MCV

A capacidade é essencial para as actividades nacionais e regionais com vista ao reforço da MCS e é essencial para pôr termo à pesca ilegal. O MCSCC Regional prestará apoio a nível nacional e promoverá oportunidades a nível regional para reforçar a capacidade de MCV da SADC.

O MCSCC da SADC irá:

- Reforçar e apoiar a capacidade nacional no domínio da MCV

### APOIAR E COORDENAR ACÇÕES DE MCV A NÍVEL REGIONAL

A coordenação de activos e recursos pode proporcionar benefícios financeiros e estratégicos efectivos. O impacto das acções de MCV é amplificado quando estas são coordenadas, por exemplo, quando todos os portos da região recusam o acesso a embarcações incluídas na lista INN ou de alto risco, ou quando todos os Estados costeiros recusam licenças.

A prestação de apoio técnico em toda a região da SADC pode originar benefícios imediatos e a longo prazo, por exemplo, através do desenvolvimento de processos viáveis, da realização de verificações cabais, da tomada de decisões e da acção contra os operadores de pesca INN.

O MCSCC da SADC irá:

- Coordenar a vigilância das pescas a nível regional.
- Coordenar os observadores das pescas a nível regional.
- Prestar apoio no domínio da aplicação da legislação e das competências jurídica em matéria de pescas.
- Apoiar a implementação das medidas do Estado do porto.

# PROTEGER O NOSSO FUTURO: PÔR TERMO À PESCA ILEGAL, CRESCIMENTO AZUL

A relevância que o papel da economia azul tem conquistado nos últimos anos levou a que a nossa relação com o oceano atraísse uma nova atenção.

Há muito que se sabe que as pescas são importantes na região da SADC: fornecem alimentos e nutrientes, geram emprego e rendimento e proporcionam meios de subsistência a milhões de pessoas. Contudo, para muitas pessoas, a pesca é mais do que uma ocupação: a sua vida depende do sucesso das capturas. É graças à pesca que se alimentam as crianças e que se pagam as contas médicas e de educação. A sua protecção tem de ser prioritária.

As ameaças às nossas pescarias têm origens diversas. As alterações climáticas estão a afectar as nossas populações de peixes e o crescimento demográfico mundial aumenta a procura por alimentos nutritivos e de baixo custo. Simultaneamente, a nossa indústria pesqueira concorre com frotas subsidiadas que operam com incentivos financeiros e com operadores ilegais que não respeitam as leis, os regulamentos ou as medidas de conservação.

A luta contra a pesca INN é há muito defendida por Moçambique. Foram tomadas medidas contra os operadores ilegais com vista a manter a segurança do domínio marítimo, proteger os operadores que exercem actividades legítimas e promover a observância da legislação nacional e das medidas de conservação e gestão das Organizações Regionais de Gestão das Pescas.

Na última década, muitas pessoas têm envidado esforços no sentido de tornar realidade a visão do MCSCC da SADC. A concretização deste Centro marca um ponto de viragem, a partir do qual se desenvolvem meios para facilitar a colaboração em prol da salvaguarda das pescas da SADC para o nosso futuro comum e para apoiar o desenvolvimento de um crescimento azul próspero.

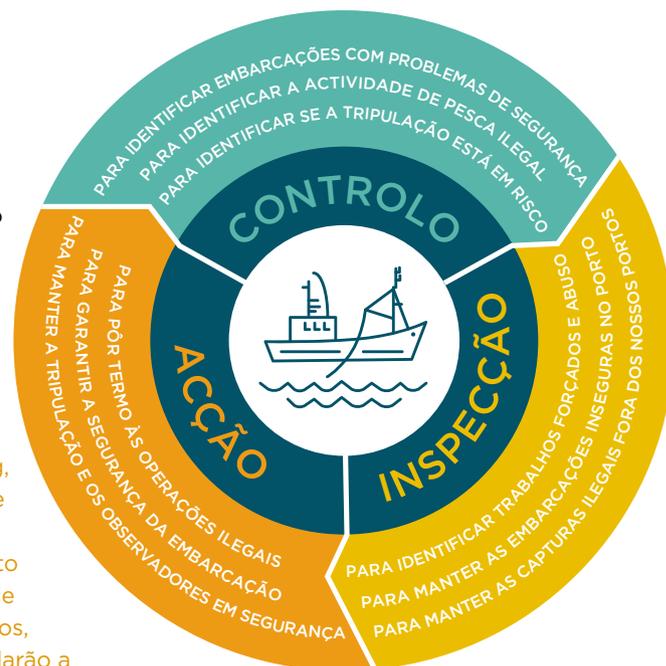


# UTILIZAÇÃO DOS PORTOS PARA VERIFICAÇÃO, INSPECÇÃO E ACÇÃO

Os operadores ilegais escolhem portos que sabem que têm insuficiências a nível de controlos, incluindo os portos que não realizam verificações cabais da identidade, da segurança ou da autorização do navio para pescar. Esses portos permitem o desembarque ou o transbordo de capturas sem verificação quanto à legalidade da captura ou à saúde e bem-estar da tripulação. Estes portos contribuem para a exploração ilegal dos recursos haliêuticos, prejudicam o crescimento económico dos países em desenvolvimento e o bem-estar dos pescadores que operam dentro da legalidade.

A aplicação de controlos e medidas do Estado do porto eficazes consiste em três elementos operacionais para os Estados do porto - verificação, inspecção e acção.

A aplicação em Moçambique do Acordo sobre as medidas do Estado do Porto (PSMA) é apoiada pela Stop Illegal Fishing, com financiamento da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e do Ministério Federal alemão para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (BMZ). O impacto deste trabalho é antecipado para melhorar as oportunidades de crescimento azul e para contribuir para a produção de alimentos, nutrientes e para o desenvolvimento socioeconómico que ajudarão a erradicar a pobreza e a fome em Moçambique e no continente africano.



Para mais informações, visite [www.stopillegalfishing.org](http://www.stopillegalfishing.org)



Facebook.com/stopillegalfishing



Twitter.com/S\_I\_F



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca



PORT STATE  
MEASURES  
to stop illegal fishing



german  
cooperation  
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Implemented by

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH